

DUAS ABORDAGENS PARA O ESTUDO DA HISTÓRIA DAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES. Flora Cardoso da Silva – Faculdade de Tecnologia de Sorocaba

Este artigo tem o objetivo de estudar como o tema cultura escolar tem sido trabalhado na historiografia das instituições escolares. Inicialmente foi realizado um estudo do conceito “cultura escolar” nos autores mais significativos e em seguida escolheram-se, para exemplificar a referida abordagem, as obras de Luciano Mendes de Faria Filho, Rosa Fátima de Souza e Carlos Monarcha, por considerá-las representativas desta corrente.

Num segundo momento, também procuraremos verificar como a história das instituições escolares tem sido tratada pelos seguidores do materialismo dialético e para isto utilizamos os trabalhos de Paolo Nosella e Esther Buffa, na trilogia que foi escrita sobre as escolas da cidade de S.Carlos: a escola profissional, a escola normal e a escola de engenharia.

Dentre as formas de estudar a história das instituições escolares se destaca o estudo da **cultura escolar**.

Julia (1995) define cultura escolar como “um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos: normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas.” Os professores são essenciais nesta abordagem, porque são eles que para cumprir estas normas se utilizam de determinados dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar sua aplicação.

Também considera cultura escolar o que está além dos limites da escola, ou seja, modos de pensar e de agir da sociedade que supõem ser a escola o único lugar onde se possa adquirir conhecimentos e habilidades.

Os estudos sobre instituição escolar predominantes têm analisado a escola por meio da legislação, da organização, das demandas de escolarização, do pensamento pedagógico. Pouco sabemos sobre suas práticas, mas foi através das práticas escolares e não escolares que o grupo dos agentes imprimiu sua identidade e tornou aquela instituição diferente das outras, uma vez que tanto a legislação como outras normas foram muito semelhantes para as várias escolas da mesma época

As práticas escolares são na verdade táticas no sentido empregado por Michel de Certeau, que as define como movimento que ganha vida no cotidiano e cria uma maneira peculiar de fazer, utilizando, manipulando e alterando as normas que foram prescritas.(Certeau,2000)

As práticas escolares demonstram que cada professor interpreta de modo pessoal o conteúdo das disciplinas – mesmo que haja um planejamento idêntico para uma rede de escolas costuma-se dizer que quando se fecha a porta da sala de aula, ninguém consegue controlar completamente o professor. Aquele é o território de seu domínio e lá ele detém uma ampla liberdade de manobra. Esta “liberdade”

viria do conhecimento que ele possui sobre o que funciona ou não com os seus alunos.

Os docentes (...) consagram uma grande energia para dizer que não são redutíveis ao que a instituição faz e espera deles, na medida em que essa apresenta vários princípios contraditórios. Por outro lado, os docentes se referem sem cessar a uma interpretação pessoal de sua função por intermédio da construção de um ofício apresentado como uma experiência privada, quando não íntima. Tal intimidade vem do fato de os atores terem que combinar lógicas e princípios diversos, geralmente opostos, uma combinação que eles percebem como obra sua, como a realização ou o revés de sua personalidade. Assim, mesmo estando ligados às regras burocráticas que os oprimem, os docentes definem seu ofício como uma experiência, como uma construção individual realizada a partir de elementos dispersos : o respeito ao programa, a preocupação pelas pessoas, o apreço pelas performances, pela justiça. (Dubet, apud Tardif, 2005 p.53- 54).

Sobre a história dos colégios jesuítas, Julia (1995), afirma que a cultura escolar sempre esteve fora da análise : os historiadores nunca separaram o projeto dos resultados, como se a norma fosse sempre seguida à risca. A vida da cidade e da corte não penetraria nem nos pátios de recreio e nem nas salas de aula. O universo jesuíta foi mostrado como um mundo fechado aos ruídos do exterior. Porém, partindo da prática é possível comprovar que a Ratio studiorum não foi uma norma imposta de cima para baixo a toda a Companhia, mas foi uma lei de adaptação aos lugares e às circunstâncias. Foram mantidas uma série de regras próprias a cada província ou Assistência e isto provou que seria tolerada uma certa diversidade se as diretrizes gerais fossem aceitas. (Lukács, apud Julia, 2001, p 23).

Nem nos colégios jesuítas, conhecidos pela extrema obediência às leis e normas, as pessoas agiram sempre de maneira idêntica. A cultura local sempre foi capaz de imprimir marcas de identidade.

Julia (1995) critica a história da instituição escolar que não considerava a história sociocultural da escola e despreza as resistências, as tensões e os apoios que as normas encontraram no curso de sua execução. Ao invés de estudar as normas escolares e projetos pedagógicos no documento escrito , o importante é que seu estudo nos remetam às práticas .

Abordar a cultura escolar de uma instituição, então é estudá-la a partir de seu funcionamento interno, como por exemplo o que acontece nas aulas, isto é, como o conjunto de disciplinas se transforma em conhecimento, o que acontece nas festas, nos recreios, na correspondência com os pais. Como as normas disciplinares moldam o comportamento dos alunos e influenciam em sua vida adulta. Qual o papel desempenhado pelas atividades artístico-culturais e pela educação física na formação dos alunos.

Esta maneira de abordar a história da instituição comporta também novas fontes: os cadernos, os textos, os diários produzidos pelos alunos, planos de aula dos professores, os diários de classe, os manuais escolares e o estudo da relação professor/aluno, porque aí é que se materializa o estudo das disciplinas.

Segundo Chervel, as disciplinas escolares não são meros produtos das finalidades da educação nem adaptação das ciências de referência. Não se reduzem ao que foi programado nem planejado de maneira explícita. São criações espontâneas e específicas da escola e por isto merecem ser amplamente estudadas. Este poder criativo do sistema escolar até agora não foi suficientemente valorizado e “ele desempenha na sociedade um papel o qual não se percebeu que era duplo: de fato ele forma não somente os indivíduos, mas também uma cultura que vem por sua vez penetrar, moldar, modificar a cultura da sociedade global.” (Chervel, apud Vidal 2005, p.28)

A cultura escolar inclui segundo Viñao Frago (1996) modos de pensar e atuar dos professores que se constituem em estratégias para levar a classe, interagir com os colegas e participar da vida cotidiana. Estruturam-se sempre em forma de discursos e ações que junto com a experiência e formação, fazem com que os professores consigam realizar o trabalho.

O estudo da história da instituição por meio da cultura escolar se insere no campo da nova história, inaugurada pela obra de Jacques Le Goff e Pierre Nora, que, segundo Nunes (1992), inicia um novo tipo de história, que se apresenta nova por expressar novos problemas, novas abordagens e novos objetos.

Se para o historiador positivista importa sobretudo a história oficial, a história dos vencedores e daí ser tão importante estudar a legislação, por exemplo, para a nova história interessa uma multiplicidade de objetos que nunca foram pensados anteriormente.

Os seguidores deste tipo de abordagem defendem que a instituição escolar pode tornar-se nova aos nossos olhos na medida em que soubermos trazer à tona, pela pesquisa, aspectos antes ignorados ou secundarizados se associarmos a história da educação com a história cultural.

É preciso recriar o objeto de pesquisa no processo e isto implica em fazer a crítica à cristalização das matrizes interpretativas, usar novas fontes de pesquisa, reconstruir categorias analíticas e elaborar novos ângulos de construção do próprio objeto.

Nunes (1992) considera que as generalizações desfiguram e podem encobrir aspectos significativos para a compreensão de questões. O mais difícil é transformar em problema o que antes era tido como fato estabelecido. Por isto Le Goff propõe novos problemas. A renovação do problema leva à atitude indagadora que é pensar simultaneamente os seus diversos lados. Assim o nosso poder de visão fica aumentado.

Vários estudos de história de instituições escolares foram produzidos seguindo esta linha teórico-metodológica. Entre eles podemos destacar a obra de Luciano Mendes de Faria Filho, “Dos Pardieiros aos Palácios” que estuda a cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República.

Há ainda o trabalho de Rosa Fátima de Souza, "Templos de Civilização", em que a autora analisa a rede de escolas públicas primárias e sua funcionalidade para o Estado-Nação a partir de categorias como a arquitetura da escola – simbologia necessária para desenvolver o imaginário da república em construção, além de outras categorias.

A partir de aspectos internos e irrelevantes para a história oficial, e utilizando-se de fontes documentais que apontavam qual era a representação de inspetores, professores e diretores sobre a cultura escolar, faz uma leitura da história do cotidiano deste grupo de escolas. Utiliza o conceito de representação conforme Chartier (1990), ou seja, discursos que apreendem e estruturam o mundo e permitem compreender a relação entre os discursos e as práticas, isto é, como os profissionais da educação interpretavam as finalidades da escola e as concepções pedagógicas para justificar suas escolhas e condutas. O projeto republicano de educação supunha a aceitação da corrente pedagógica identificada como Escola Nova, mas a autora destaca através da pesquisa em artigos pedagógicos e livros didáticos, os conflitos, as reinterpretações, as representações diferenciadas e singulares que demonstram que o discurso e a prática do poder não foram incorporados de forma absoluta pela cultura escolar dos estabelecimentos analisados.

Para controlar a rebeldia, o sistema procurava homogeneizar os procedimentos didáticos através da proposta de um manual destinado aos professores:

“ Ainda será necessária, como trabalho complementar, a elaboração de um manual destinado ao professor, formando uma exposição do método a seguir no desenvolvimento das diversas disciplinas. Esse trabalho deverá dar o plano detalhado das lições em que cada matéria terá de desdobrar-se, isto é, a sua distribuição taxativa em teses perfeitamente concatenadas. Isto terá por efeito tirar o vago de certas teses um tanto sintéticas do programa geral e suprimir o arbítrio do professor, arbítrio, que dando lugar a interpretações diversas e por vezes até antagônicas, serve de contínuo estorvo a unificação dos métodos do ensino em nossas escolas.” (Parecer, ordem 7.106, 1905 apud Souza, 1998, p 189)

Há, como no exemplo dos outros trabalhos estudados, importante análise sobre a inserção dos grupos escolares na cidade representando a perspectiva de modernização social. Juntamente com o crescimento urbano, melhoramentos como saneamento básico, água, iluminação, transportes públicos, ferrovias, teatros, os grupos escolares faziam parte desse conjunto que podemos chamar de melhoramentos urbanos e denotavam o progresso de uma cidade. O grupo escolar, colocado em estratégica localização, marcava a importância que os republicanos davam à educação pública. Visibilidade e propaganda, em oposição às pobres escolas isoladas do tempo do Império.

Contextualiza o projeto dos grupos escolares dentro do projeto social mais amplo, que era o republicano de educação popular. A educação não seria apenas a esperança de consolidação do novo regime, mas deveria regenerar a Nação .

Observa-se a utilização de novas fontes para fazer a ligação do particular com o geral : partindo da arquitetura do prédio escolar, que tinha salas de diferentes tamanhos – maiores para as séries iniciais , menores para as posteriores, a autora consegue demonstrar a relação entre a arquitetura escolar e a seletividade da escola primária.

O estudo do mobiliário e sua importância para a cultura escolar também fazem parte do seu objeto de pesquisa.

“ As carteiras individuais foram enfatizadas como as melhores do ponto de vista pedagógico, moral e higiênico. Num processo de escolarização em massa ao qual correspondia adequadamente a escola graduada(grupos escolares), a padronização e homogeneização combinavam paradoxalmente com a individualização do aluno. A carteira individual constituía um dispositivo ideal para manter a distância entre os alunos, evitando o contato, a brincadeira, a distração pernicioso. Nenhum contato com outros corpos, isolado cada aluno em seu espaço – do domínio da carteira e suas adjacências – ficavam garantidas a disciplina, a moral e o asseio.” (Souza,1998,p.140)

Insere-se também na pesquisa, atenção às relações de gênero, e sua representação na cultura escolar. Meninos e meninas , segundo os relatórios dos diretores, deveriam ter tratamento diferente quanto à disciplina.

“As meninas são inteligentes, estudiosas e dóceis, comportamento ótimo, afáveis no trabalho com todos o que bem patenteia a boa administração da educação moral por parte das professoras. Bastante atrasados estão os meninos. Ainda conservam, muitos deles, hábitos de verdadeira selvageria, fruto do meio. Para combater esses maus costumes e implantar disciplina nesta seção é preciso muita energia, dedicação e boa vontade da parte dos professores.”(Rel.GE.ordem 6.935,1906,apud Souza, 1998,p 149)

A autora também analisa as disciplinas e o currículo nos primeiros grupos escolares, salientando que além de colaborar para a difusão da leitura e da escrita, a escola primária também tornou possível a propagação de uma cultura científica elementar, que integrava o universo urbano.

Ler e escrever eram habilidades fundamentais para a inserção numa sociedade da escrita. Mais do que o valor utilitário , através desta prática se transmitiam valores e discursos morais e cívicos. Também se procurava estabelecer uma espécie de controle sobre o que se deveria ler.

A autora estuda o rol de disciplinas, explicitando em cada uma delas, como o conteúdo se inseriu na cultura escolar e porque foi considerado socialmente relevante sua seleção.

Dentre as obras que fazem o estudo das instituições escolares via cultura escolar, salienta-se também o trabalho de Carlos Monarcha, “Escola da Praça – O lado noturno das luzes”, em, que partindo da metáfora luzes e sombras, o autor narra a história da Escola Normal de S.Paulo, desde sua primeira fundação em 1846 até as décadas iniciais do século XX. A história da instituição se imbrica com a vida da cidade de S.Paulo, que é abordada tanto pelo ângulo da vida cotidiana das ruas como nos seus aspectos políticos, históricos e econômicos. O estudo do espaço merece destaque – há em todo o trabalho referências tanto ao monumental prédio da Escola como às representações que em consequência eram produzidas no imaginário dos habitantes da cidade e da comunidade escolar.

As fontes utilizadas são muito variadas – vão desde os documentos oficiais (o primeiro capítulo tem como fonte exclusiva os relatórios do Inspetor Geral Diogo de Mendonça Pinto), até fotografia, redações de alunos e hinos escolares. A grande ênfase do trabalho é escrever a história pela visão particular dos atores que dela participaram, sejam autoridades ou pessoas comuns.

“Lembro bem do primeiro dia de aula do Grupo Escolar do Arouche. Um meu irmão foi me matricular e me causou muita impressão a entrada do Grupo” (Brites, apud Monarcha, 1999 p.232).

“Para nós, meninos, porém, que deixamos a velha Escola, o novo palácio da Praça nos parecia o palácio das fadas; um palácio encantado, onde as esperanças cada dia maiores ofuscaram a saudade”. (Motta, apud Monarcha, 1999, p.191)

Na análise desta obra também salientamos a construção do texto marcada pela subjetividade do autor que às vezes parece se aproximar da ficção. Assim, o próprio texto institui a realidade.

“A noite oferece um espetáculo diverso daquele transcorrido durante o dia. À medida que a noite se adensa, a população diurna recolhe-se na sua intimidade e descansa; uma outra população aparece nas ruas e becos mal-iluminados. Habitantes noturnos e fugidios têm seus rostos brevemente iluminados no momento que se afastam do ponto de luz, transformam-se em silhuetas. Por um lapso de tempo, tem-se a ilusão de desvendar o impenetrável. Num breve momento, ouve-se apenas o som de passos rápidos e abafados, denunciando a presença do perigo velado e da iminência do ataque”. (Monarcha, 1999, p. 79)

Outra maneira de estudar a história das instituições escolares é através do referencial teórico metodológico apontado pelo **materialismo dialético**.

Buffa (2002, p. 25-27) considera que pesquisar uma instituição escolar é uma forma de estudar a filosofia e história da educação brasileira porque as instituições estão impregnadas de valores e as políticas educacionais deixam marcas na escola. Se os estudos forem bem realizados, é possível superar a dicotomia entre o particular e o universal, o específico e o geral, o concreto e o conceito, a história e a filosofia. Também no estudo da instituição escolar estaria a chave para superar os

grandes trabalhos teóricos que estão distantes do cotidiano escolar e os trabalhos mergulhados na realidade empírica, porque lá está presente a filosofia educacional da sociedade que criou e manteve aquela instituição.

Propõe três pontos metodológicos principais para o estudo da história das instituições: princípios teórico-metodológicos, categorias de análise e como trabalhar com as fontes de pesquisa que além de documentos, relatórios, livros de matrícula, programas das disciplinas e fotografias existentes na escola, também supõem consulta à legislação, jornais de época, literatura pertinente e entrevistas com atuais ou ex-professores, diretores e alunos da escola.

Entre os princípios teórico-metodológicos se destacam a relação entre trabalho e educação, estudar o particular (a instituição) como expressão do desenvolvimento geral isto é, descrever o particular, explicitando suas relações com o contexto econômico, político, social e cultura, dialeticamente relacionados.¹ Fazer uma história que não seja apenas factual nem descritiva, mas interpretar os fatos estudados em função de uma concepção filosófica.

Quanto às categorias de análise, propõe:

“investigar o processo de criação e de instalação da escola, a caracterização e a utilização do espaço físico (os elementos arquitetônicos do prédio, sua implantação no terreno, seu entorno e acabamento), o espaço de poder (diretoria, secretaria, sala dos professores), a seleção de conteúdos escolares, os professores, a legislação, as normas e a administração da escola. Estas categorias permitem traçar um retrato da escola com seus atores, aspectos de sua organização, seu cotidiano, seus rituais, sua cultura e seu significado para aquela sociedade.” (Buffa, 2002, p.27)

Ao aplicar estes princípios teórico-metodológicos, categorias de análise e tratamento das fontes nos estudos referente às três escolas de S.Carlos (Escola Normal, Escola Profissional e Escola de Engenharia da USP), os autores Buffa e Nosella conseguiram fazer o movimento do particular para o geral e demonstrar, por exemplo, que a dicotomia que parecia eliminada entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, continuaria se refletindo plenamente em nosso sistema escolar, mesmo que este trabalho manual fosse estudado e transformado pela ciência.

Estudando a Escola de Engenharia da USP, conseguiram a partir daqueles elementos, demonstrar que a Instituição, situada na esfera tecnológica, forma o engenheiro, que, de “terno e gravata, planeja e não o trabalhador que, de macacão, executa. Por isso mesmo, tal escola situa-se na esfera das artes liberais, e neste sentido, estaria mais ligada à Escola Normal do que à Escola Profissional, ao contrário do que se poderia pensar à primeira vista.”

No método dialético os dois termos escola e sociedade só existem em relação, ou seja, se uma determinada sociedade foi condição para a criação e o desenvolvimento de uma determinada instituição, esta instituição também cria a sociedade à medida em que lhe molda as relações de produção.

¹ <http://www.histedbr.fae.unicamp.br> – O texto foi elaborado junto com a Professora Esther Buffa na palestra proferida pelo Prof. Paolo Nosella durante a Vídeo Conferência promovida pelo HISTEDBR-20 anos, UNICAMP EM 24/11/2005. Data da consulta: 10/04/2007.

Num primeiro momento da pesquisa importam os dados empíricos, seja de natureza econômica, social ou política. Nas palavras de Marx (apud Nosella e Buffa, p. 9) “captar detalhadamente a matéria, analisar as suas várias formas de evolução e rastrear sua conexão íntima”. O método dialético supõe um segundo momento que consiste em fazer a ligação com o geral, isto é, “expor adequadamente o movimento real”, partindo do princípio de que a história se movimenta num processo de lutas pela hegemonia que só cessará quando for eliminada a sociedade de classes, portanto, seu movimento não é no sentido de mantê-la e nem de melhorá-la, mas no sentido de transformá-la radicalmente.

CONCLUSÃO: As críticas que mutuamente se fazem os seguidores das duas abordagens não são procedentes nas seis obras estudadas. Tanto os pesquisadores que analisaram a instituição via cultura escolar, como os que se declararam adeptos do materialismo dialético, conseguiram demonstrar a ligação do particular com o geral. Todos os estudos conseguiram esclarecer através da instituição, importantes aspectos da história da educação brasileira. Nem para uns a análise da árvore impediu de ver a floresta, nem para outros as generalizações encobriram aspectos significativos das questões. Portanto, cada um dos métodos pode responder adequadamente à opção pessoal do pesquisador no sentido de desvendar a realidade, se for trabalhado com o rigor científico adequado. Eu, particularmente, vou fazer a pesquisa usando a opção defendida por Esther Buffa por entender que a postura tradicional marxista é mais abrangente, ela absorve e incorpora a cultura escolar, superando-a. Num país como o nosso, com tantas desigualdades, a pesquisa em história da educação tem que buscar a superação da sociedade de classe, compreendendo que não é suficiente denunciar as profundas desigualdades de que somos vítimas – é preciso trabalhar também para modificar a realidade objetiva que oprime o povo brasileiro e que cada dia mais se torna aguda nestes tempos de capitalismo selvagem.

BIBLIOGRAFIA

BUFFA, Ester. História e filosofia das instituições escolares in Araújo e Gatti Junior (orgs.) *Novos Temas em História da Educação Brasileira*. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: Edufu, 2002 – (Coleção memória da educação) pp. 25-38

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano. Artes de Fazer*. Petrópolis: Vozes, 2000.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *Dos Pardieiros aos Palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República*. Passo Fundo: UPF, 2000.

JULIA, Dominique. A Cultura Escolar como Objeto Histórico in Revista Brasileira de História da Educação n.1 jan/jun.2001 p 9-43

MONARCHA, Carlos. Escola Normal da Praça: o lado noturno das luzes. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999

NOSELLA, Paolo e BUFFA, Ester. As pesquisas sobre instituições escolares: Balanço Crítico. In: Histedbr, navegando na história. Disponível em : www.histebr.fae.unicamp.br. Consulta realizada em 30/03/2007.

NUNES, Clarice. História da Educação Brasileira : novas abordagens de velhos objetos in Teoria & Educação, 6, 1992. p.151 a 182

SOUZA, Rosa Fátima de. Templos de civilização : a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo: (1890-1910) São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1998. (Prismas

TARDIF, Maurice e LESSARD, Claude. O Trabalho Docente: elementos para uma teoria da docência como uma profissão de interações humanas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005

VIÑAO FRAGO, Antonio. Por una historia de la cultura escolar: enfoques, cuestiones, fuentes. In: FERNANDEZ, Celso Almuinã et al. Cultura y Civilizaciones/ III Congreso de la Asociación de Historia Contemporânea. Valladolid: Secretariado de Publicaciones e Intercambio Científico. Universidad de Valladolid, 1998, p.167-183.